

FORTALECENDO A POLÍTICA NACIONAL DE BIOECONOMIA

ESTUDO DE CASO



Fortalecendo a Política Nacional de Bioeconomia do Brasil

Projeto implementado por Conselho Brasileiro Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) em consórcio com The Nature Conservancy (TNC) Brasil, Instituto Arapyauú e Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Data de início e término do projeto: 01/04/2024 a 31/03/2026

Fundo UK PACT: Brasil

Expediente

Autora: Daniely Lima

Revisão: Juliana Lopes, Roberto Palmieri, Karina Simão, Laiza Dagnaisser, Victor Ferraz, Iuri Cardoso, Beatriz Maroni, Lícia Azevedo e Juliana Simões.

Citação sugerida

(2026) *Fortalecendo a Política Nacional de Bioeconomia do Brasil*. Brasil. UK Pact. Estudo de caso.

Sumário Executivo

No país que abriga a maior biodiversidade do planeta e uma profunda diversidade cultural e territorial, pensar o desenvolvimento econômico a partir da natureza tornou-se uma agenda estratégica. Nos últimos anos, o Brasil passou a discutir de forma mais estruturada o papel da bioeconomia como caminho para conciliar conservação ambiental, inovação científica, geração de renda e inclusão social.

Este estudo de caso apresenta os resultados do projeto "Fortalecendo a Política Nacional de Bioeconomia do Brasil", realizado com apoio do programa UK PACT, iniciativa de cooperação internacional do Governo do Reino Unido voltada à transição para economias resilientes e de baixo carbono.

O projeto foi conduzido pelo consórcio de organizações liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em parceria com a The Nature Conservancy (TNC) Brasil, Instituto Arapyaú e Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que atuaram em parceria para apoiar tecnicamente o Governo Federal, especialmente o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e a Secretaria de Bioeconomia na construção da Estratégia e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio).

A construção dessa agenda ocorreu em um momento de crescente mobilização internacional em torno da bioeconomia. Nesse contexto, a experiência brasileira destaca-se pelo esforço de articulação entre sociedade civil e poder público na construção coletiva de uma agenda nacional de bioeconomia, superando o desafio de promover diálogo qualificado entre diferentes setores da sociedade.

A atuação do projeto compreendeu desde os momentos iniciais de concepção da Estratégia Nacional, todas as etapas de construção participativa para o Plano Nacional e na produção de conhecimento, mapeamentos e pilotos de implementação da agenda de bioeconomia brasileira.

O processo reuniu representantes do governo, setor produtivo, academia, organizações da sociedade civil e povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares por meio de consultas públicas, oficinas técnicas, eventos nacionais e diálogos setoriais.

Essa metodologia participativa permitiu consolidar uma visão ampla e consistente de bioeconomia, integrando conhecimento científico, saberes tradicionais e diferentes realidades territoriais, e deixa como legado, além do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, um caminho para avanços na implementação da agenda nacional, sendo exemplo e inspiração para estados brasileiros e para o mundo.

1

Contexto: quando o Brasil decidiu construir a sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia

“A bioeconomia é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em valores de justiça, ética e inclusão, capaz de gerar produtos, processos e serviços, de forma eficiente, com base no uso sustentável, na regeneração e na conservação da biodiversidade, norteados pelos conhecimentos científicos e tradicionais e pelas suas inovações e tecnologias, com vistas à agregação de valor, à geração de trabalho e renda, à sustentabilidade e ao equilíbrio climático”.

Essa é a definição de bioeconomia publicada oficialmente no Decreto nº 12.044, que instituiu a Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, iniciativa para coordenar e implementar políticas públicas para o desenvolvimento da bioeconomia no país, assinado oficialmente pelo presidente brasileiro em 5 de junho de 2024, data em que se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O Brasil deu um passo importante na criação da Estratégia e iniciava neste momento uma construção coletiva para entregar o principal resultado previsto no decreto oficial: O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio). Com o apoio técnico e especializado do Consórcio de organizações por meio do projeto no âmbito do UK Pact, este esforço coletivo teve dois anos de duração (2024 e 2025), e mobilizou e ouviu diversos públicos, além de preparar, sistematizar e consolidar as contribuições, no nível regional e nacional, em um documento robusto com definição de metas, ações e missões pelos próximos 10 anos para o país.

O cenário que antes já contava com diversas iniciativas relacionadas à bioeconomia, tanto no âmbito governamental, quanto em setores produtivos, acadêmicos e da sociedade civil, porém dispersas em diferentes políticas e programas, agora se estabelece com uma estratégia nacional integrada, definição de prioridades e que conecta pessoas e setores para o desenvolvimento dessa agenda estratégica em escala nacional.

No Brasil, a bioeconomia assume características particularmente relevantes devido à combinação singular entre biodiversidade, conhecimento científico e diversidade sociocultural. O país abriga cerca de 20% da biodiversidade mundial, o que o posiciona como um dos territórios mais estratégicos para o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza e cadeias produtivas associadas ao uso sustentável de recursos biológicos (Convention on Biological Diversity, 2022).

Essa diversidade cria oportunidades relevantes para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas na biodiversidade e na sociobiodiversidade, ao mesmo tempo em que impõe desafios adicionais à formulação de políticas públicas capazes de integrar diferentes territórios, setores produtivos e realidades regionais.

Nesse contexto, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares desempenham papel central nas cadeias associadas à sociobiodiversidade, contribuindo com conhecimentos tradicionais e práticas de manejo sustentável da natureza. Ao mesmo tempo, a bioeconomia brasileira também envolve uma ampla diversidade de atores, incluindo setor produtivo, empresas, instituições de pesquisa, universidades e diferentes níveis de governo, o que reforça a necessidade de articulação entre diferentes saberes, setores e territórios.

O potencial econômico da bioeconomia no país passou a ganhar maior evidência nos últimos anos. Estudo da International Chamber of Commerce, ICC Brasil, estima que a bioeconomia do conhecimento pode gerar entre US\$ 100 bilhões e US\$ 140 bilhões em receitas anuais no Brasil até 2032, especialmente em setores como alimentos, materiais, agronegócio, saúde e cosméticos (ICC Brasil, 2023). Experiências internacionais reforçam essa tendência. Na União Europeia, por exemplo, a bioeconomia já movimentava cerca de €2,7 trilhões e gera aproximadamente 17 milhões de empregos, abrangendo setores como agricultura, florestas, alimentos, biotecnologia e biomateriais (European Commission, 2025).

No contexto global, a bioeconomia também tem se consolidado como um dos principais vetores de transformação econômica. Estimativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico indicam que a bioeconomia já movimentava entre US\$ 4 trilhões e US\$ 5 trilhões globalmente (OECD, 2023).

No âmbito do G20, principal fórum de cooperação econômica internacional, o tema ganhou novo destaque com a adoção dos *10 Princípios de Alto Nível em Bioeconomia*, aprovados no contexto da Iniciativa de Bioeconomia (GIB). O documento estabelece diretrizes para promover bioeconomias sustentáveis, baseadas na inovação científica, no uso responsável da biodiversidade e na inclusão social (G20, 2024).

Impulsionado pela liderança do Brasil no fórum, o assunto também passou a integrar a Agenda de Ação da COP30, especialmente no Objetivo 29, Bioeconomia e Biotecnologia, voltado a acelerar o progresso rumo às Contribuições Nacionalmente Determinadas, NDCs.

Sob a presidência da COP30, o governo brasileiro, junto a atores chave da sociedade, deixou outro importante legado ao incorporar a Bioeconomia na Agenda de Ação e criar a iniciativa *Bioeconomy Challenge* no âmbito dos *Plans to Accelerate Solutions* (PAS). Com duração de três anos, a iniciativa ambiciona transformar em ação concreta os Princípios de Alto Nível da Bioeconomia.

Foi neste contexto favorável e diante do crescente reconhecimento do potencial econômico, social e ambiental da bioeconomia, que o Brasil construiu sua estratégia nacional, um passo importante, que estabelece caminhos para integrar inovação científica, biodiversidade e inclusão social em uma política pública voltada ao desenvolvimento sustentável do país e deixa um legado de inspiração e exemplo na construção de políticas participativas e inclusivas.

2

Entre saberes tradicionais e científicos, o exemplo brasileiro de construção coletiva da bioeconomia



Construir uma Estratégia Nacional de bioeconomia no Brasil exigiu enfrentar um desafio central: articular diferentes visões sobre o conceito em um país marcado por enorme diversidade. No contexto brasileiro, a bioeconomia não se relaciona apenas à inovação tecnológica e à geração de valor econômico a partir da biodiversidade, mas também aos territórios e aos modos de vida de diferentes povos e comunidades.

A necessidade de conciliar diferentes interesses revelou a complexidade do processo. Não se tratava apenas de formular uma política pública, mas de construir convergências entre dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais. Nesse contexto, a inclusão de gênero, a participação de povos e comunidades tradicionais e o reconhecimento de diferentes sistemas de conhecimento tornaram-se princípios estruturantes do processo.

No Brasil, são reconhecidos pelo menos 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais, conforme o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Essa diversidade expressa a pluralidade de identidades e territórios presentes no país, mas também evidencia os desafios de garantir processos participativos que contemplem diferentes realidades territoriais, culturais e sociais.

Diante desse cenário, havia riscos concretos a serem enfrentados, como a exclusão de grupos historicamente sub-representados nos processos de tomada de decisão, a reprodução de assimetrias de poder nos espaços de debate e a ocorrência de processos de participação apenas simbólica. Superar esses desafios exigiu estruturar uma estratégia de participação social capaz de ampliar vozes, reduzir barreiras de acesso e promover escuta qualificada.



Diálogos e preparação para o debate

Garantir a diversidade de vozes exigiu ir além de mecanismos formais de consulta. Em um país de dimensões continentais e grande diversidade sociocultural, conectar e mobilizar diferentes públicos tornou-se parte central do processo de construção. E o início do caminho de construção começou por um dos mais importantes componentes, e que mais tarde, faria parte do texto final do Plano Nacional: o capítulo de Sociobioeconomia.

Para isso, foram realizadas 5 oficinas, para todas as regiões do país, reunindo representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, e organizações da sociedade civil, setor produtivo, pesquisadores e governo.

Esses encontros resultaram em mais de 1.000 contribuições, com a participação de mais de 260 pessoas. Desse conjunto, 163 eram representantes de Povos e Comunidades Tradicionais, 48 do governo, 9 de instituições de Ciência, Tecnologia e Informação, 10 de empresas e instituições financeiras e 36 do terceiro setor. A participação feminina foi maioria, 55% mulheres, proporção ainda mais expressiva entre os representantes de Povos e Comunidades Tradicionais, com 61% de mulheres e 39% de homens, evidenciando o protagonismo das lideranças femininas nos territórios.



"Dialogar é construir as políticas públicas chegando em nosso território, no chão das aldeias, com a valorização das mulheres pelos trabalhos que elas executam há milhares de anos. A expectativa é que o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, com o componente de Sociobioeconomia, seja estruturado, implementado e alcance toda a nossa população: mulheres, crianças, juventudes e anciãos. Para que sintam que fazem parte, possam contribuir e usufruir desse plano."

Mabel Fernandes Apurinã, Coordenadora-secretária da União das Mulheres Indígenas Amazônia Brasileira (UMIAB)

Entrevista durante Oficina Nacional, em Brasília. Agosto de 2025.

Para ampliar a qualidade da participação, foram realizados processos de engajamentos prévios às oficinas regionais, com o objetivo de preparar os diferentes públicos para o debate e promover o nivelamento de informações sobre bioeconomia e políticas públicas.

O projeto atuou de forma integrada em todas as etapas: mobilização dos participantes, organização metodológica e logística, facilitação das oficinas, sistematização das contribuições e desenvolvimento de materiais de informação e comunicação. Esse conjunto de ações garantiu escuta qualificada, registro do processo e ampla participação social.

Após os Diálogos Regionais de Sociobioeconomia, as contribuições recebidas nos encontros foram organizadas e transformadas em um texto-base do capítulo de sociobioeconomia, elaborado com o apoio de uma consultoria especializada contratada pelo projeto.

A ideia era manter a construção coletiva em todas as etapas. O próximo passo dava lugar a mais um momento de participação, agora por meio de uma consulta pública online na plataforma *Brasil Participativo*, criando mais um espaço para que diferentes atores pudessem sugerir ajustes e fortalecer a proposta. Ao todo, foram registradas 328 contribuições, sendo 107 individuais e 221 enviadas por organizações e coletivos, ampliando o debate sobre a primeira versão do componente.

Para garantir a participação de povos e comunidades tradicionais também nesse momento digital, o projeto apoiou a realização de três oficinas virtuais de mobilização, voltadas a lideranças desses segmentos. Com cerca de 30 a 40 participantes por encontro, os workshops apresentaram o conteúdo do documento, esclareceram dúvidas e ofereceram apoio direto para o envio de contribuições na plataforma. Encerrado o período de consulta pública, a equipe do projeto conduziu a análise técnica e a sistematização das manifestações recebidas, organizando as sugestões por temas recorrentes e classificando-as entre inserções de texto e ajustes de conteúdo, garantindo transparência e consistência na incorporação das contribuições ao documento final.

A adaptação da linguagem, o diálogo com organizações representativas e a realização de atividades virtuais de mobilização e orientação sobre a consulta pública também foram estratégias adotadas para ampliar o acesso e reduzir barreiras à participação. A combinação dessas ferramentas permitiu reunir contribuições de diferentes setores e territórios, fortalecendo o diálogo entre conhecimentos científicos, saberes tradicionais e experiências locais na construção coletiva da estratégia de bioeconomia para o Brasil.

Após meses de mobilização, escuta ativa, oficinas regionais e consulta pública, o capítulo de Sociobioeconomia do Plano Nacional chegou ao seu momento de síntese com a realização de um evento Nacional realizado na capital do país, em Brasília, consolidando o texto final do capítulo em um espaço aberto de expressão, diálogo e contribuição.



Representação e governança compartilhada

À medida que a Estratégia Nacional de Bioeconomia ganhava forma e consistência, o próprio Decreto que a instituiu já estabelecia a previsão de um espaço dedicado à coordenação, ao diálogo e à tomada de decisões compartilhadas. Assim nasceu a Comissão Nacional de Bioeconomia, instância central de governança com a liderança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Fazenda e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com 34 representantes, distribuídos igualmente entre Governo sociedade civil.

A Comissão atua como instância de governança responsável por acompanhar a criação e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, contribuindo para a tomada de decisões, o monitoramento de avanços e o fortalecimento da articulação entre diferentes setores.

O projeto apoiou tecnicamente a estruturação dessa instância, contribuindo para o desenho de seu modelo de governança, para a articulação entre os diferentes atores e para a criação de um espaço permanente de participação e diálogo.

Esse arranjo institucional permitiu consolidar um ambiente de governança compartilhada, no qual decisões estratégicas sobre a bioeconomia brasileira passam a ser discutidas e construídas a partir da interação entre diferentes perspectivas e interesses.



3

Dos diálogos a construção do texto final

A construção do PNDBio teve início pelo componente de sociobioeconomia, que ganhou destaque ao longo de 2024/2025 e abriu caminho para as etapas seguintes de elaboração do Plano Nacional. A partir dessa base participativa, o processo avançou para o engajamento de outros públicos estratégicos da bioeconomia brasileira, ampliando o diálogo para setores ligados à ciência, inovação, produção e financiamento. Essa etapa também contou com a contribuição dos grupos de trabalho da Comissão Nacional de Bioeconomia, que reuniram representantes do governo, setor produtivo, academia e sociedade civil na discussão técnica e no aprimoramento das propostas.

Inspirado pela experiência participativa anterior, o processo foi estruturado com adaptações de abordagem, linguagem e canais para dialogar com novos públicos. O projeto apoiou a realização de um Painel Técnico-Científico sobre Bioeconomia, em 2024, que mobilizou importantes públicos nacionais e reuniu mais de 100 participantes de diferentes setores, incluindo governo, sociedade civil, setor privado, academia, organizações internacionais e setor financeiro, para discutir desafios e oportunidades, sendo um dos movimentos iniciais de engajamento que antecederam a Comissão Nacional de Bioeconomia.

O debate também se expandiu por meio dos Diálogos Regionais do PNDBio, com 4 encontros presenciais realizados em diferentes regiões do país, reunindo 220 participantes de 98 instituições ligadas a ecossistemas de inovação, pesquisa, setor produtivo e sociedade civil. Esses encontros permitiram aproximar o Plano das realidades regionais e qualificar a discussão sobre suas missões e ações estratégicas.

A escuta foi ampliada com uma nova Consulta Pública, agora para o PNDBio, também realizada na plataforma Brasil Participativo, e que recebeu 576 contribuições, sendo 148 individuais e 428 coletivas. Somadas às manifestações colhidas nos encontros e diálogos, o processo reuniu 655 contribuições, evidenciando o engajamento de diferentes setores e consolidando o Plano como um instrumento construído de forma colaborativa. Como resultado, o texto do Plano Nacional passou a contar com avanços significativos, refletindo um processo de governança multissetorial.

Após todas as etapas de escuta, coleta e sistematização das contribuições dos diversos setores e regiões do país, a estrutura e conteúdo do Plano passaram por etapas de aprovações em reuniões oficiais da Comissão Nacional de Bioeconomia, resultando na aprovação do texto final do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), em março de 2026. Ao todo, foram realizadas 16 reuniões, sendo 11 extraordinárias, 4 ordinárias e 1 de pré-instalação. O projeto acompanhou todo o processo, com presença e apoio em todas as reuniões, contribuindo para a consolidação do Plano.

Mais do que a aprovação de um documento, o Brasil deu passo histórico marcado por uma construção conjunta, participativa e de avanços ambientais, sociais e econômicos para o país, além de consolidar um caminho de escutas e de colaboração que deixa um legado para construção e avanço para novas políticas de desenvolvimento.



4

Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia e estudos complementares

Chegar ao resultado de um plano nacional capaz de orientar, integrar e estabelecer metas, indicadores e ações para um setor de tamanho potencial como a bioeconomia brasileira exigiu mais do que diálogo institucional. Foi fundamental compreender e desenhar como essa agenda se materializa nos territórios. Para além dos processos participativos que orientaram a construção do documento, foi necessário investigar como um componente central da política, a sociobioeconomia, poderia se traduzir em iniciativas concretas, conectando políticas públicas, organizações locais e cadeias produtivas.

Foi nesse contexto que surgiram os Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia, concebidos como espaços de articulação territorial, produção de conhecimento e fortalecimento de empreendimentos comunitários. A iniciativa que contou com apoio direto do projeto, buscou gerar evidências práticas sobre o funcionamento da sociobioeconomia nos territórios, contribuindo para qualificar a formulação da política nacional e orientar futuras estratégias de implementação.

Conforme o grupo se aprofundava na realidade dos negócios comunitários, identificou-se a necessidade de estabelecer os planos de ação e a governança juntamente com os representantes desses negócios, de forma colaborativa, aumentando a aderência à realidade local, bem como reforçando a corresponsabilidade e o protagonismo de quem de fato faz a sociobioeconomia girar no Brasil.

Esses Núcleos se configuram como arranjos territoriais que articulam cooperativas, associações, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e agricultores familiares, promovendo, de forma integrada, a conservação ambiental, a geração de renda e a valorização cultural.

Ao longo do amadurecimento da iniciativa, a forma de nomear a articulação territorial também foi aprimorada. O que antes era chamado de "biohubs" ou "polos" passou a ser definido como Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia, um termo que expressa com mais precisão uma construção que nasce dos próprios territórios, voltada ao fortalecimento das cadeias locais, com governança compartilhada e protagonismo das comunidades.

Para isso, foram estruturados três projetos-piloto, nos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, combinando diagnósticos territoriais, workshops presenciais e processos de mobilização e escuta qualificada junto a organizações locais e empreendimentos comunitários. Essas atividades permitiram identificar prioridades, capacidades produtivas e arranjos de governança em cada território, contribuindo para compreender os desafios e oportunidades da sociobioeconomia em diferentes contextos regionais.

Como parte desse processo, o Consórcio desenvolveu instrumentos de monitoramento e gestão para qualificar a base de informações do programa. A partir do formulário de cadastro de empreendimentos comunitários e de um *dashboard* estruturado em Power BI, foram mapeados 117 empreendimentos, reunindo 186 produtos e serviços e cerca de 19 mil membros.

Os dados foram organizados em seis módulos analíticos, contemplando indicadores sobre localização, perfil organizacional, produção, comercialização, acesso a políticas públicas, inclusão social e gestão interna. Mais do que um levantamento, esses dados passaram a constituir uma base estratégica para planejamento, priorização de ações e tomada de decisão institucional.

Ao final desse ciclo inicial, os territórios contam com diagnósticos consolidados, estruturas de governança definidas e oficinas realizadas, fortalecendo a capacidade de coordenação do programa. A experiência dos BioHubs demonstra que políticas de bioeconomia ganham consistência quando conectam formulação estratégica e realidade territorial, transformando diretrizes nacionais em caminhos concretos para o desenvolvimento sustentável.

“Fortalecendo a bioeconomia no Brasil”

LINHA DO TEMPO DE AÇÕES



2024

Preparação para a Estratégia Nacional de Bioeconomia

ABRIL



- Mapeamento dos marcos regulatórios e projetos de lei relacionados à bioeconomia
- Texto base para a formulação da minuta do Decreto nº 12.044



Oficinas “Diálogos Regionais da Sociobioeconomia” 5 eventos

MAIO - JULHO

- Engajamento dos diversos públicos – Povos e Comunidades Tradicionais e outros setores
- Logística, facilitação, organização e sistematização das contribuições.

Realização do Painel Técnico-Científico

OUTUBRO



- Apoio técnico para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia
- Engajamento, mobilização, facilitação e sistematização das contribuições.



Participação na COP16

NOVEMBRO

- Reuniões com negociadores brasileiros e articulações com lideranças empresariais e governamentais do Brasil e da Colômbia
- Entrega de Policy brief de Recomendações do Setor Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento da Bioeconomia

Apoio à criação e funcionamento da Comissão Nacional de Bioeconomia

AGOSTO-DEZEMBRO



- Minuta e a versão final da portaria interministerial
- Primeira versão do regimento interno da Comissão
- Apoio às reuniões – comunicação e atas

2025



Lançamento da Comissão Nacional de Bioeconomia

FEVEREIRO

- Apoio e cobertura de comunicação para reunião oficial de instalação da Comissão

Apoio na elaboração do texto-base de sociobioeconomia

MARÇO



- Elaboração do documento preliminar para consulta pública

Elaboração de nota conceitual

ABRIL



- Documento para estruturação de um Programa de Polos de Sociobioeconomia
- Critérios e parâmetros de identificação e seleção de territórios de sociobioeconomia

Seminário Nacional de Sociobioeconomia

AGOSTO



- Apoio para engajamento e logística de participantes
- Comunicação de apoio e de divulgação pré e pós-evento
- Sistematização e incorporação das contribuições ao documento final

Oficinas "Diálogos Regionais de Bioeconomia" – 4 eventos

SETEMBRO - OUTUBRO



- Engajamento de públicos-alvo e comunicação de apoio e de divulgação
- Logística, facilitação, organização e sistematização das contribuições

**COP30
NOVEMBRO)**



- Participação em diversos eventos de bioeconomia
- Lançamento de estudos
- Apoio para eventos do Governo Federal
- Comunicação visual, de apoio e de divulgação antes e depois

2026

Aprovação e lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia -

JANEIRO - MARÇO



- Apoio para o texto final e projeto gráfico
- Apoio para a comunicação de lançamento



Preparação e lançamento da Consulta Pública de Sociobioeconomia

MAIO - JULHO

- Oficinas preparatórias para Povos e Comunidades Tradicionais
- Elaboração, diagramação do documento base - Sistematização e incorporação das contribuições



Consulta Pública do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) -

SETEMBRO - OUTUBRO

- Apoio na elaboração do texto-base
- Comunicação de apoio para materiais de lançamento e campanha de divulgação
- Sistematização e criação de painel interativo das contribuições da consulta
- Incorporação no texto-base



Oficinas Territoriais dos Núcleos de Desenvolvimento da sociobioeconomia

FEVEREIRO

- Estruturação de 3 núcleos-piloto nos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica
- Oficinas "Engaja Sociobio" com Povos e Comunidades Tradicionais em dois território



Estudos complementares dos Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia

JANEIRO

- Elaboração do estudo de caso "Estruturação dos Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia no Brasil"
- Elaboração da publicação "Estruturação dos Núcleos de Desenvolvimento da Sociobioeconomia".

Impacto do Projeto em Números

Dois anos conectando políticas públicas, territórios e diferentes setores para construir a agenda nacional de bioeconomia



Sociobioeconomia nos territórios



117
Empreendimentos Comunitários Mapeados



19.000
Membros Envolvidos



186
Produtos e Serviços Identificados

Avanços Institucionais

- Estratégia Nacional de Bioeconomia
- Comissão Nacional de Bioeconomia
- Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia

Construção coletiva envolvendo governo, empresas, academia e Povos e Comunidades Tradicionais

5.

Lições aprendidas e um legado para o Brasil

Planejar processos participativos desde as fases iniciais permitiu ampliar a diversidade de vozes envolvidas, fortalecer a legitimidade das decisões e enriquecer o conteúdo das propostas com perspectivas vindas de diferentes territórios, setores e sistemas de conhecimento. Esse princípio está alinhado às diretrizes da Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243/2014), que reconhece a participação social como elemento estruturante da formulação, execução e monitoramento de políticas públicas no Brasil.

Outro aprendizado relevante foi a importância de incorporar, de forma intencional, abordagens de gênero, diversidade e equidade. Os resultados do processo evidenciaram a participação das mulheres, especialmente entre representantes de povos e comunidades tradicionais, reforçando que políticas públicas voltadas à bioeconomia e ao desenvolvimento sustentável precisam reconhecer e valorizar essas lideranças com forte protagonismo nos territórios.

A integração dos princípios de Gênero, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI) também orientaram a condução dos processos participativos ao longo da construção da agenda de bioeconomia. Em consonância com as diretrizes do programa UK PACT, foi prioridade promover a participação ativa de diferentes grupos sociais, com atenção especial à inclusão de mulheres e povos e comunidades tradicionais, reconhecendo que processos mais diversos e representativos contribuem para decisões públicas mais legítimas, eficazes e socialmente justas (UK PACT, 2024).

O processo também revelou os limites e desafios da inclusão em iniciativas de alcance nacional. Barreiras logísticas, desigualdades de acesso à informação e assimetrias de poder continuam sendo fatores que exigem atenção constante. Superar essas barreiras demandou planejamento, metodologias adequadas de facilitação, processos formativos prévios e o apoio de organizações com atuação nos territórios.

“Essa parceria permitiu que nós tivéssemos parceiros que trouxeram conhecimento desenvolvido na sociedade, estudos, materiais, nos ajudaram a desenvolver as consultas públicas e a arquitetura do Plano Nacional e isso nos ajudou a evoluir de uma forma bastante consistente ao longo da construção da política. O UK Pact foi o primeiro parceiro a apoiar e nós agradecemos muito por ter investido nessa ideia nova, ainda no embrião, em 2023. Agora concluímos um ciclo importante. O fim do projeto e a entrega Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) nos mostra que essas atividades caminharam muito juntas”

Carina Pimenta, Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Quando diferentes atores são convidados a construir coletivamente caminhos para o futuro, cria-se um ambiente de aprendizado mútuo entre saberes científicos, conhecimentos tradicionais e experiências territoriais. Não foi apenas produzir um documento estratégico, o processo contribuiu para fortalecer redes de diálogo e cooperação que seguirão sendo fundamentais para o avanço da bioeconomia no Brasil.

Nesse contexto, os aprendizados gerados ao longo deste processo também se mostram particularmente relevantes para o próprio país. Nos últimos anos, estados brasileiros vêm avançando na construção de suas estratégias estaduais de bioeconomia, buscando adaptar diretrizes nacionais às realidades regionais e territoriais. A experiência aqui descrita oferece referências importantes sobre como estruturar processos participativos amplos, capazes de integrar diferentes setores, territórios e sistemas de conhecimento na formulação de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, a experiência brasileira dialoga com um momento de crescente atenção internacional à bioeconomia. Nesse cenário, o processo apresentado neste estudo se coloca não apenas como um avanço institucional para o Brasil, mas também como uma contribuição relevante para o debate internacional sobre como construir políticas públicas de bioeconomia baseadas na inclusão social, que traduzem e conectam diferentes riquezas, culturas e conhecimentos, com um mesmo propósito.

Referências

- Bioeconomy Challenge. (2025). [Bioeconomy Challenge: Transforming Principles into Action.](#)
- European Commission. (2025). [New plan to unlock the bioeconomy's potential.](#)
- G20 Initiative on Bioeconomy (GIB). (2024). [G20 High-Level Principles on Bioeconomy](#). Rio de Janeiro: G20 Brazil Presidency.
- ICC Brasil. (2023). [Bioeconomia do conhecimento: uma oportunidade estratégica para o Brasil.](#) International Chamber of Commerce Brasil.
- OECD. (2020). [Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions: Catching the Deliberative Wave.](#) Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2023). [Financing Instruments and Policy Levers to Harness Biomanufacturing for Climate, Biodiversity and Growth.](#) Organisation for Economic Co-operation and Development.
- UK PACT. (2024). [Gender Equality, Disability and Social Inclusion \(GEDSI\) Ambition Statement.](#) UK Partnering for Accelerated Climate Transitions Programme.

UK PACT

www.ukpact.co.uk